

3ª REUNIÃO ORDINARIA DO FORPLAD
Salvador-BA, 12 E 13 de Setembro de 2013

Ata da Reunião

MOMENTO I – DIA 12/09/2013 – 8H00

Aos 12 dias do mês de setembro de 2013 reuniram-se os pró-reitores de Planejamento e Administração, às 8 horas, conforme convocação e pauta. A Coordenadora Silvana Abreu deu início aos trabalhos fazendo a apresentação do Relato das atividades realizadas pela Coordenação Nacional.

Coordenação Nacional

Explanou sobre os debates ocorridos junto a comissão de orçamento e também junto a SESU para subsidiar a Andifes na discussão da distribuição do orçamento de 2014, assim como a dificuldade com o preenchimento dos dados do PingIFES que levaram a decisão de utilização dos dados de 2011 e não de 2012, mesmo que se tivesse a certeza de que haveria uma perda do crescimento “vegetativo” da matriz, mas em defesa da segurança dos dados. Também explicou que ficou consolidada a proposta de índice de qualidade trabalhada pela comissão de modelos e aprovada por meio da comissão de orçamento junto ao pleno da Andifes e que já fora apresentada em Poços de Caldas-MG.

A coordenadora ainda falou sobre o estudo realizado pela comissão de modelos para análise da terceirização e seu impacto no orçamento global das ifes. Lembrou que foi solicitado o preenchimento de uma planilha com as execuções de cada IFES e que mesmo algumas poucas ainda não tendo respondido, 58 IFES atenderam ao chamado da coordenação nacional, das 63 IFES existentes atualmente. Esclareceu que por meio deste levantamento foi possível mostrar ao Secretário Paim o crescimento das IFES. Afirmou que foi um processo muito interessante o debate sobre a distribuição orçamentaria de 2014, por que se gerou a discussão com maior participação das IFES, criando um espaço orçamentário junto ao MPOG.

Também expressou a coordenadora que havia um clima tenso em razão das manifestações sociais em ebulição, mas que Comissão de Modelos/Forplad e de Orçamento/Andifes esperavam a correção por meio do IPCA (medido em 6,5%), acrescido de no mínimo 18% do crescimento do aluno equivalente em relação a 2011, além da apresentação do crescimento de cerca de 24% de custo com terceirização. O fato é que se esperava pelo menos 24% (IPCA + aluno equivalente), desconsiderando totalmente o impacto da terceirização. Ao final, em termos lineares o crescimento orçamentário para 2014 foi de apenas 13%, tendo algumas ifes recebido apenas 6,5%, do IPCA.

Isso aconteceu porque na inserção do índice de qualidade algumas IFES que estavam com seu crescimento represado pelos critérios vigentes receberam parcela de ganho importante. Ainda, sobre o estudo da qualidade, que foi considerado válido dentro da ANDIFES e pela SESU, ficou o reforço de que é um índice que impacta apenas em 10% do orçamento (parcela da qualidade), de modo que os 90% restantes significam ainda a quantidade (aluno equivalente). Sobre o PNAES, algumas Ifes que aderiram ao SISU ou ampliaram sua participação também receberam parcela maior de orçamento PNAES.

Ao final, tudo isso interferiu no processo de distribuição de um orçamento muito reduzido que as Ifes terão para administrar em 2014.

Finalmente, falou sobre o PES no SIMEC e as dificuldades que vem sendo apresentadas pelas informações solicitadas. Retomou que o PES foi colocado uma adesão formal, na leitura dos reitores, mas que agora tem se mostrado bem diferente. A sistematização das ações foram colocadas a ser realizada a cada empenho realizado e que isso tem demandado muito trabalho e retrabalho sem que as Ifes possam sequer compreender o sentido de tudo isso. Além disso há muitas falhas no sistema que não dá conta de capturar a complexidade das IFES.

Explicou ainda que há discussão na direção da ANDIFES, com o entendimento que uma grande parte das IFES já ultrapassou os seus limites pactuados e que há temor de que haja penalidade. A Coordenadoria Nacional se comprometeu em encaminhar o “peso” da sustentabilidade nas IFES por meio da pesquisa que foi proposta pela comissão de administração do Forplad e que será apresentada adequadamente no relato da própria comissão.

A seguir iniciou o relato das Coordenações Regionais

Regional Centro-Oeste

Coordenador: Dr. Marize Terezinha Lopes - UFMS



A regional se reuniu por vídeo conferência, como habitualmente vem fazendo com participação das seguintes instituições : UFMS, UFG, UFGD, UFMT. Apenas esteve ausente a UNB

Foi discutido sobre o pagamento de anuidades para associações internacionais que não estariam contempladas na permissão concedida a LOA 2013. O problema foi apresentado pela UFGD, já que não há mecanismo para este tipo de pagamento. A SPO em 2010 trouxe solução, mas apenas atendeu as entidades nacionais.

Foi abordado também a relação com o SIMEC e o Programa Esplanada Sustentável (PES). O entendimento é que haveria a necessidade de justificar o que não foi atendido no plano. No momento há no Simec a necessidade de colocar dados físicos. A situação tem gerado desconforto no preenchimento destes dados porque na verdade são, aparentemente, redundantes e a SPO poderia retirar diretamente do sistema gerencial. Uma outra questão é quanto a não compreensão do que informar, o que parece também estar presente em Brasília. Ainda, tem gerado dificuldade com os técnicos já atabalhados de serviços e tendo re-trabalho ao serem obrigados a preencher o formulário, sem falar que as informações estão sendo digitadas, o que pode gerar erros.

Espera-se que a comissão de administração com a pesquisa possa dar uma luz para se resolver estas dúvidas e abrir canais de diálogo. Fica a preocupação sobre a situação da rede: se vamos ter limite e orçamento para fechar nossas contas no final do ano mesmo não cumprindo o PES.

Outro ponto foi sobre a insalubridade que tem ocasionado problemas com relação às estruturas laboratoriais inadequadas x redução dos valores de insalubridade decorrentes dos laudos. Tal condição tem trazido desconforto dentro das IFES. O fato é que a solução seria corrigir os problemas nos laboratórios para que houvesse redução nos pagamentos, mas não há recurso para tal.

Solicita uma ação junto a Andifes.

Informou que o relato da regional estaria disponível no portal do FORPLAD e terminou a sua fala.

Regional Sudeste

Coordenador: Dr. Valdomiro Neves Lima – UFRRJ

O coordenador explicou que a reunião que era para acontecer no CEFET não pode ocorrer. Definiram fazer na UFMG, mas avaliou-se que com a proximidade do evento seria melhor discutir em Salvador. A reunião acabou sendo toda tomada pelo debate do Regimento, cujas colaborações foram apresentadas no dia anterior.

Informou ainda que já agendaram reunião para outubro – RDC, PES e outros – nos dias 10 e 11 de outubro. Apresentou como proposta a inserção dos indicadores do TCU para próximo Forplad, em Dourados.

Finalmente, levantou uma preocupação de que o PES estaria atuando em ações que não haviam sido pactuadas e isto está ocasionando problemas. Finalizou.

Regional Sul

Coordenador: Prof. Ário Zimmermann (Pró-reitor de Planejamento e Administração) - UFRGS



A Regional reuniu-se no dia 23 de agosto, na Universidade Federal da Fronteira Sul, em Chapecó.

Discutiram o regimento pela parte da manhã e pela tarde discutiram sobre a proposta orçamentária para o ano de 2014 e a distribuição da matriz.

Retomou-se a discussão sobre a participação da IFES menores ou novas na matriz e também a defasagem de muitas IFES que tem acumulado perdas. A conclusão é que a defasagem interfere no desenvolvimento das IFES e há preocupação sobre o futuro das IFES, sobretudo com o crescimento de 23% na terceirização em termos gerais.

Continuam não entendendo qual era o pacto para os recursos de capital que foi realizado junto ao Secretário Paulo Paim em 02/2013, pois é importante esclarecer por que o recurso foi diminuído na PLOA?

Informou que oito IFES participaram da reunião e nenhuma das presentes está conseguindo alcançar as metas programadas para o PES.

Discutiram ainda sobre compras compartilhadas e não estão conseguindo resolver alguns problemas. Estão com dificuldades na padronização dos termos de referências.

Agradeceu o espaço e finalizou o relato.

A coordenadora Silvana solicitou uma parte para esclarecer sobre o critério que definiu os valores de capital para o orçamento em 2014 considerando a sua participação na reunião da Andifes, em Brasília, na semana que antecedeu a reunião do Forplad. Explicou que tudo o que foi negociado em fevereiro de 2012, em razão da Economia e crise, foi reduzido. Foi observado o número de alunos e foi observada a execução do orçamento de 2013 de modo que quem estava com uma execução considerada baixa, recebeu o mínimo, que foi de 10 milhões de reais em capital. Sobre as compras compartilhadas citou que havia uma comissão para adequar esta ação mas que não houve mais nenhuma reunião convocada pela SAA/MEC e que o Forplad por meio da Alda Maria, vice-coordenadora, fez contato por mail para questionar se não seria mais realizada nenhuma reunião e que o Forplad estava no aguardo. Será necessário uma nova intervenção para recomeçar este trabalho e que isso poderia ser uma tarefa para a Comissão de Administração.

Posto isso deu continuidade aos relatos...

Regional Nordeste (aqui)

Coordenador: Rosária de Fátima Silva (Assessora de Planejamento e Ações Estratégicas) – UFMA



Reuniram-se em 30 de agosto, em Fortaleza, estando presentes 10 participantes

Discutiu-se compras compartilhadas. A UFRN e Campina Grande fizeram apresentação com um modelo de termo de referência conjunto que poderia ser também apresentado para o coletivo. Foi um termo de referência de moveis que foram desenhados

Como definição regional elaborou-se um cronograma para trabalho em conjunto e o tipo de material a ser comprado de modo compartilhado (computadores, ar condicionado, veículos, etc.).

Discutiu-se o regimento e definiu-se as alterações que foram apresentadas pelo relator escolhido Prof Idioberto no dia 11/11.

Também, debateu-se o PLS e a preocupação trazida pela Regional é que há o sentimento de que a como uma ação legalizada, certamente será auditada pelos órgãos de controle que cobrarão como tal. Que problemas virão para os gestores?

Discutiram ainda sobre o impacto da terceirização que “abocanha” 60% do custeio. Custo elevado e orçamento curto. Será possível uma empresa como a Ebserh para a terceirização?

Chamaram a atenção para a rotina de repasse de financeiro que vem sendo limitado e as obras estão sendo prejudicadas com atraso de pagamentos.

Informou que o relato estará publicado no Portal, na página da Regional NE e finalizou.

Regional Norte

Coordenador: Prof. Edson Ortiz de Matos (Pró-reitor de Administração) - UFGA



A Regional Norte só conseguiu se reunir no dia do evento, pela manhã, em razão de vários atropelos, entre eles as mudanças de reitores e de pró-reitores.

Estiveram presentes a UFGA, UFPA, UFRA, UFAC, UNIR e UFRR.

Informo que ficou definido que as reuniões da regional acontecerão sempre um dia antes da reunião nacional. O objetivo é organizar um calendário mais adequado a todos representantes.

Alguns pontos foram levantados tais como o planejamento de compras e o PES e também a licitação sem lastro financeiro apenas com base em promessas do MEC que podem gerar problemas para as ifes.

Agradeceu a todos e finalizou o relato.

MOMENTO II – DIA 12/09/2013 – 9:15H

Painel “Planejamento e Avaliação” Institucionalizada: analisando o SINAES e o PDI”.

Por: Profª Drª Maria Beatriz Luce/UFRGS



A apresentação em arquivo ppt (Power Point) estará disponível no Portal do Forplad.

A professora começou fazendo um relato sobre a sua carreira e a experiência ao longo dos anos trabalhando na temática de avaliação e criação de indicadores de qualidade e afirma que o trabalho de avaliação é muito difícil de ser realizado e medido dentro das IFES.

Há muita ação imediatista e pouco tempo para refletir sobre as ações, as mudanças e como avaliar se tais mudanças são boas ou ruins. É necessário parar um pouco para ler e discutir. Mas como fazê-lo?

Levantou pontos sobre questões e razões – qual é a relação que teremos com o conhecimento?

Afirma que a maioria dos pró-reitores de planejamento são vistos como controladores e muito poucos são planejadores.

Com base em Boa Ventura de Souza vai formulando análises sobre o planejamento . O mundo do planejamento e administração está usando mais os números, mas está questionando mais os números.

No entanto afirma que definir política por números é uma falácia.

Primeiro é importante definir conceitos para depois avaliar os valores. Planejar ou não “daquela forma” indica que estamos servindo a alguém, ou seja, é uma ação política. Se estamos planejando apenas reativamente estamos atendendo apenas o *status quo*.

Assim chama a atenção que as IFES devem ser os agentes da crítica e transformação. Nesse sentido Planejamento é empoderamento. Seria para propor mudanças.

Avaliação/prognostico (empoderamento)/fortalecimento institucional/ qualificação profissional /responsabilização /prestação de contas.

Sinaes: A crise da preocupação com a qualidade que começou a ser analisado nos anos 80 trouxe alguns componentes para avaliação das universidades, sobretudo as IFES, os cursos, o desempenho acadêmico dos estudantes, dos docentes. Nesse contexto mesmo em tempos recentes se coloca também o “ranking” da Folha de São Paulo que saiu recentemente.

A Avaliação não é para ser renkiada mas é preciso saber o que cada metodologia de avaliação propõe. Tinha o provão, agora tem o SINAES.

Avaliação é para melhorar/qualificar a formação do sujeito.

A educação é dever do Estado, os valores democráticos, respeito a diversidade e a diferença e autonomia e identidade institucional qualificam a universidade.

A própria matriz de distribuição precisa diversificar para atender cada vez mais a complexidade da universidade.

O SINAES já tem 10 anos (2014) e certamente precisa mudar. O Forplad precisaria debater o SINAES, inclusive porque as 10 dimensões existentes hoje saiu de dentro do FORPLAD.

A pergunta é quantos pararam para fazer a avaliação da avaliação? Para ser emancipatória é preciso avaliar.

Auto-avaliação + avaliação externa. A CPA precisa estar no planejamento.

Nas pro-reitorias de planejamento precisar estar instalada

- 1) Avaliação jurídica e de conformidade;
- 2) Avaliação de processo;
- 3) Avaliação de resultados;
- 4) Avaliação de desempenho.

Para fazer o PDI é preciso substancia e isso requer participação. Onde estamos em termos de mundo e de país, de região.

É preciso fazermos a crítica da nossa universidade de forma contínua. Sobretudo porque ela continua elitista, cartorial, difusa, centralizadora, com muitos problemas pedagógicos de formação.

Quais são os indicadores que interessa? O que precisa ter no nosso planejamento?

- acompanhamento de permanência
- acompanhamento de democratização
- acompanhamento de qualidade
- estratégias

Assim, é preciso compreender o novo aluno, o novo professor, técnico administrativo cada vez mais fechados nos mundos virtuais. Discutir processos: quem, o que e quando?

O PNE coloca para todos o desafio de acrescentar 33% de alunos formados no mercado. Qual o papel das IFES? Das públicas?

Hoje, nem mesmo 20% é vaga pública. Como vamos avançar? Tem muito espaço ainda para crescer o número de vagas públicas para ajudar esse país a ser melhor. O que estamos dispostos a fazer nas IFES?

Perguntas

Hermano Perrelli de Moura (UFPE) – Como fazer para colocar alunos nas universidades públicas, pois grande parte dos alunos se encontram nas escolas privadas? Existe um papel para as IFES nesse desafio? Quero ouvir a sua opinião?

Valdomiro Lima(UFRRJ) – O processo de expansão é importante, mas como que a avaliação, o conjunto de estudantes estão percebendo isso, veja-se que as reitorias no País estão sendo invadidas? O ranking surge como síntese do processo todo. Isso é ruim, mas no fundo todos querem ser “a cereja”.

Luiz Osório Rocha (UFPEL) – A conexão entre o planejamento e o orçamento é importante. A avaliação reflete o planejamento. Na matriz se premia os melhores. É importante dar suporte aos que estão melhores ou aos que estão piores?

Respostas

Começa com a colocação do Osório, pois remete aos questionamentos do Valdomiro e do Hermano. Se entendemos que a educação superior é um direito e que dependem do investimento que se faz na extensão e na qualidade do ensino superior. É muito importante para o sucesso do país. As escolas privadas são mais eficientes em abrir vagas. Nós temos capacidade instaladas para muito mais do que temos. Há problemas de salas e alguns prédios ainda são necessários, mas são em situações específicas. Afirma que fica muito preocupada que não exista um plano da ANDIFES, pois no geral somos reativos e imediatistas. Se não tivermos metas para os próximos anos os recursos serão dirigidos para o PROUNI e para o FIES. Não para as públicas, mas já se discute em algumas salas o repasse maior de recurso para as IFES Estaduais. Os números são pessoas, são sujeitos. A cultura do ranking é muito poderosa e fere a ideia inicial para a criação de SINAES. Tem que cuidar para não modelar, mas ajuda a criar um diagnóstico. É preciso conhecer os ranking e lidar com eles. Em existindo o ranking é importante

trabalhar os indicadores que os órgãos constroem e zelar para que eles retratem fidedignamente as nossas UNIVERSIDADES. Somos melhores do que aparentamos e temos que nos preparar para os momentos de avaliação. Há muitas cabeças dentro do MEC que fazem apologia a centros de excelência e não estão interessados em resolver as IFES com avaliações inferiores. A avaliação como diagnóstico é importante e a partir daí para cada curso e para cada campus. A avaliação educa o olhar, é base, mas não existe planejamento sem orçamento. O dinheiro, no seu entendimento, tem que ir para onde os cursos foram mal avaliados. Finalizou.

MOMENTO DE APRESENTAÇÃO – DIA 12/09/2013 – 10:30H

Cumprindo ritual do Fórum, foram apresentados ao grupo pró-reitores e pró-reitoras que participam pela primeira vez.

Apresentação dos Novos membros

Maria Isabel Viana – UFBA – Planejamento

Juvenal Carvalho – UFRB – Planejamento

Aparecida Tanaka – UNIFESP – Adjunta de Planejamento

Edith Romero – UFRR – Recursos Humanos

Thiago Rocha – UFAC – Planejamento

Antônio Carlos – UFSC – Administração

Tânia – UFSP – Representando o Planejamento

MOMENTO II – DIA 12/09/2013 – 10H45

Painel “Planejamento em IFES: Relatos de Experiências”.

Por: Prof. Hermano Perrelli de Moura, Pró-reitor de Planejamento da UFPE;

Prof. Caetano Carlos Bonchristiani - Pró-Reitor de Planejamento, Orçamento e Finanças Universidade Federal da Integração Latino-Americana – UNILA;

Prof. Sebastião Tavares de Rezende – Pró-reitor de Planejamento e Orçamento da UFV

De acordo com a pauta foram realizadas apresentações de processos de planejamento realizados em diferentes IFES e que foram sugeridas e aprovadas no 3º Fórum, em Poços de Caldas. Todas as apresentações estão publicadas no portal do FORPLAD www.forplad.andifes.org.br em eventos Salvador-BA.

Hermano Perrelli de Moura, Pró-reitor de Planejamento da UFPE apresentou o P.A.I como uma estratégia para integrar planejamento e orçamento.



A metodologia é PDCA – planejar, monitorar, avaliar, redirecionar.

Há a descentralização por Unidades (26) em que há coordenadores/gerentes de ações e há vinculação de orçamento para cada uma delas. O desafio é o acompanhamento pois demanda encontros, análises e “tecnologia WEP – word, excell, power point”.

Consolida-se o simples diagrama de Gantt (na PROPLAN).

A questão é que se tem o PDI e o PAI e o Plano de cada Unidade também fica construído.

Questões importantes: participação do reitor e reuniões em “U” definem o papel de cada um.

Problemas: tem o PAI e também o *extra-PAI* que é base do mundo real!

Slogan criado foi: Andar com seu PAI debaixo do braço criou uma condição interessante para os chefes e diretores de faculdades.

Perguntas – Apresentação do HERMANO

Ário (UFRGS) – perguntou até que ponto o planejamento instrumentaliza para responder aos relatórios e aos auditores?

Carlos – Tem utilizado os PI? Como fica isso?

Elga – Trazer a visão capitalista para o meio acadêmico, com o uso de gerentes de ações, por exemplo, como ve isso? Não tem problema?

Respostas

O papel é tentar não ter retrabalho. O P.A.I. é uma ferramenta inicial para a construção do relatório de Gestão e os auditores externos tem sido simpáticos.

O PI não está qualificado seu uso. Há dificuldades de uso.

Sobre a visão capitalista não encontrou problema. O problema é avaliar, planejar anualmente. Um Pai por ano, acompanhando a PLOA é o grande desafio.

João Emanuel (UFRN) – pergunta como distribuiu o orçamento internamente? Como está no nível dos departamentos? Há resistência e conflitos?

Também argumenta que seria possível jogar o SIPAC com o SIGPP para melhorar o retrabalho.

Osório (UNIPAMPA) – O foco é a ação e depois o eixo. É um olhar estratégico. Mas o número de ações aumentou. Como avaliar? E o PDI?

Marco (UFSCar) – Como vencer a resistência?

Valdomiro (UFRRJ) – Há diretoria de estatística como área acadêmica tem colaborado com o setor?

Respostas: Há desafio de integrar. O SIPAC poderia ajudar a sair do papel. O orçamento a gente leva todo para o Couni e vai para os centros. Os departamentos entra por ai. Há muita demanda represada.

O orçamento distribuído é custeio. Obras, investimento, entra no PAI.

O que vai filtrar é a capacidade de execução. O PAI é um projeto de desenvolvimento.

Osório observa que o foco é a ação, depois por eixo temático para organizar, no entanto há um aumento em mais de 1200 ações. Aparentemente o sistema parece gerar uma quantidade excessiva de ações.

Ainda, há atendimento de ações extra P.A.I., mas o objetivo é aumentar as ações no sistema e diminuir as ações por fora. Certamente que não será possível acabar, mas é importante reduzir.

Prof. Sebastião Tavares de Rezende – Pró-reitor de Planejamento e Orçamento da UFV



Foi apresentado o documento PDI da UFV e relatado o caminho que originou esse e outros documentos, os parâmetros e as dificuldades. É o caso do PDFA (Plano de Desenvolvimento Físico e Ambiental). Este documento define a ocupação de qualquer espaço dentro do campus.

Foram realizadas mais de 200 entrevistas, seminários de discussão, visita aos campi fora de sede foram realizadas e fazem parte dos procedimentos metodológicos do PDI.

Buscaram divulgar tudo que ocorria sobre a preparação do documento.

Realizaram um fórum, inclusive com pessoas externas, para discutir apenas o PDI e promoveram e divulgaram para a comunidade que estava havendo um processo de elaboração do documento. Usaram videoconferência e receberam sugestões.

O PDI em questão não possui nenhuma inovação fora do que já é definido no SINAES. E por isso cumpre seu papel como instrumento de avaliação.

No plano de gestão ele contém ações e metas. O PDI ultrapassa o mandato de uma reitoria (para que seja institucional e não de uma equipe temporal), o plano de gestão não, ele é o planejamento estratégico da gestão. Por isso ele não tem ações, mas metas.

Prof. Sebastião Tavares de Rezende – Pró-reitor de Planejamento e Orçamento da UFV



Apresentou como foi construído o plano de gestão da UNILA.

Definiu a metodologia padrão presente nos documentos oficiais de criação do PDI que relaciona-se com a integração da América Latina e Caribe. Apresentou a análise através do SWOT.

Foram realizados: diagnóstico, planejamento estratégico, plano de ação (pro-reitorias), plano operacional.

Definiu-se cenários externos (oportunidades x ameaças), estabeleceu-se a missão institucional e os valores internos (problemas x potencialidades).

Desse modo a essência foi a participação que se deu por meio de plenárias e audiências.

Citou o quanto é importante analisar os estudos para tomar decisões acertadas. Apresentou as projeções da UNILA para o período de 2013 a 2017, onde explicita as ações a serem executadas.

Todas as unidades recebem um formulário para apresentar as demandas. A partir destas demandas é que se prepara o orçamento a ser executado.

Fazem um acompanhamento geral sobre o orçamento da UNILA e com isso vão construindo indicadores e medindo o desempenho da IFES.

PERGUNTAS para Sebastião e Caetano

PLÍNIO – Pergunta se é possível haver um padrão para os documentos institucionais? As propostas são diferentes. Cita que é importante seguir a legislação vigente, além disso há uma sequência a ser seguida segundo o MEC e acredita que as IFES estão muito distantes uma das outras na construção de seus documentos (PDI, planejamento estratégicos, etc).

EDILBERTO – Tem matriz de distribuição? Se há alguma reserva técnica que não é distribuída? Indicadores que são usados. Como que está sendo tratado a comunicação para preparar o planejamento para a construção do PDI? Sugere que seja liberado também os formulários, por acreditar que eles são os grandes “tesouros” e que deveriam ser ofertados para o pleno.

RESPOSTAS

SEBASTIÃO – *A UFV possui uma estrutura diferente entre campus. Que acha salutar a troca de experiência e que seja analisada pela ANDIFES para chegar numa ordem comum.*

CATEANO – *A partir dos objetivos macros da instituição se define os objetivos estratégicos, depois as ações e por fim a meta (que pode ser quantificada).*

SEBASTIÃO – *Edilberto, há diversas ações orçamentárias. São 12 parâmetros levados em consideração para montar um valor específico para as unidades. As contas físicas são preservadas para a administração, assim como aquisição de veículos, etc. Há uma reserva técnica que é preservada para eventuais ações que não saíam conforme o planejamento. No geral usam executar 25% no primeiro semestre e 75% no segundo.*

Não usam um formulário, mas sim um questionário com perguntas generalizadas e abertas, para que a gestão tenha conhecimento do todo. Por exemplo: Do tripé (ensino, pesquisa e extensão)

PERGUNTAS – SEGUNDO BLOCO

LISIANE (UFOP) – *Se fosse atender todas as metas das unidades, não teria recurso disponível para isso. Pergunta se há alguma estratégia para melhorar a resposta da comunidade para ações.*

NEYLA – *Como foi trilhar este planejamento, considerando até o nível acadêmico menor dentro da IFES (estudantes)? Foi levantada alguma bandeira e quais os problemas enfrentados?*

RESPOSTAS

SEBASTIÃO – *Possuem ferramentas para analisar, mas é difícil alcançar as necessidades reais. Tudo tem que ser discutido e negociado. É difícil, mas é a forma que tem trabalhado.*

SEBASTIÃO – *Teve muito receio em que a ação se transformasse em algo político. Houve atraso em ações e dificuldades em definir os objetivos.*

CAETANO – *no caso da UNILA a oferta acaba por priorizar as ações e isto torna mais fácil a tomada de decisões. Acaba sendo óbvia a demanda, pois o campus ainda está sendo construindo.*

Sobre a pergunta da NEYLA, cita que há um corpo de servidores novos e a resistência tem sido mínima. A partir do momento em que o modelo é apresentado há uma facilidade no andamento das ações.

MOMENTO III – À TARDE – 12/09/2013 16H00

Painel “O PDTI no contexto das IFES: a proposta elaborada pela Universidade Federal de Lavras.”

Por: Diretor de TI/UFLA. Erasmo Evangelista de Oliveira



Apresentação está em www.forplad.andifes.org.br

A apresentação retrata a elaboração do PDTI na citada universidade o que se deu basicamente por meio do setor técnico que estão ligados diretamente à Pró-reitoria de Planejamento e Gestão;

Os Principais serviços que foram abordados – internet, email, segurança eletrônica, ferramentas de sistemas, etc.

A Instrução normativa n. 04 precisava ser atendida e começa quando da necessidade da IFES desenvolver ferramentas e ter que contratar empresas para prover serviços e afins.

É importante retratar que o que esta por trás é a preocupação com os órgão de controle (CGU e TCU).

Apresentou os principais norteadores do PDTI – que tinha como base o PDI da Universidade.

Como tem que ser o planejamento de TI?

Documento escrito e aprovado. Instrumento de planejamento para as IFES; com comprometimento do Reitor(a); com Indicadores de desempenho e com orçamento e estratégias

O recurso que recebe pela matriz não mantém a universidade e o Reitor tem que ir buscar suplementação. Assim, para tal houve o apoio do curso de informática da IFES.

O comitê gestor foi criado com 17 componentes mas apenas 5 trabalharam na elaboração de verdade.

Pode-se fazer apenas o PDTI da gestão central ou pode ser mais amplo. A definição é importante.

Descreveu os caminhos que gerou a minuta do PDTI que foi levado a aprovação no conselho universitário.

Painel “Relato da experiência na elaboração, aferição e avaliação de indicadores de desempenho”. Por: Raquel Trindade Borges – Pró-reitora de Planejamento da UFPA - RAQUEL BORGES – PRÓ-REITORA DE PLANEJAMENTO - UFPA



Apresentação estará www.forplad.andifes.org.br

Apresentou a metodologia que foi usada para alcançar os indicadores gerados na UFPA.

O trabalho assumido pela Comissão de Planejamento foi criar uma cesta de indicadores para colocar no relatório de gestão. Além dos indicadores aparentes (do TCU) há outros que merecem ser avaliados.

O Reuni também possui seus indicadores e foram considerados. Apresentou os Passos que realizaram para elaborar o seu documento.

Teve dificuldade em gerar os indicadores por que não houve uma participação esperada. Medo de ser medido é o que parece justifica a não participação.

PERGUNTAS PARA OS PAINÉIS EM BLOCO

NEYLA – Afirma que é importante entender que num primeiro momento parece difícil, mas é o que os órgãos de controladoria exigem e desejam. Cita que é importante criar uma cesta de indicadores para além dos indicadores presentes no relatório de gestão e é o que UFPA está fazendo.

MARCO – Para o Erasmio - ficou uma dúvida sobre aquisição de serviços – ainda é necessário colocar pontos de função?

Resposta: É impossível contratar serviço de TI sem considerar pontos de função. Não tem como burlar. Existe muitas ações que impedem de sair desta ótica.

VALDO

Para a Raquel – Como foi nas unidades a leitura dos painéis estratégicos?

Resposta: Tem recebido muito bem as metodologias aplicadas. No geral tem construídos os mapas por conta própria. Dentro das unidades acadêmicas há técnicos que planejam as unidades (estão lotados dentro das unidades).

Para o Erasmio – A rotatividade na área de TI é um problema nas IFES, como é que isso funciona na UFLA?

Há a rotatividade, mas mesmo assim eles tem conseguido segurar o trabalho. Mas a carreira é mal remunerada. Há incentivos que ocorrem em Brasília, mas em Lavras não. A abertura de concurso minimizou algumas falhas.

SILVANA – Para o Erasmio – Pensando que o PDTI em boa parte das IFES tem sido formalizado apenas, percebo muita resistência dentro do grupo de TI. Vocês encontraram este tipo de situação em Lavras?

Resposta: Não houve resistência, pois eles acharam interessante colocar o papel da TI dentro da comunidade.

Silvana - Para a Raquel – Vocês estabelecem um “diálogo” entre os indicadores que vocês possuem e o que o TCU pede? Ou simplesmente responde o que eles pedem?

JEBLIN – Queria elogiar, mas o Brasil é um país das ações atrasadas e identifica que a discussão apresentada estão muito atrasadas, pois já deveriam ter acontecido. Se na Universidade não tem isso, na comunidade tem menos ainda. É importante continuar nesta linha pensando em planejamento. Não é pergunta, é apenas uma reflexão... finaliza.

DIRCEU – Parabeniza e...olhando no programa, percebe que se falou muito em planejamento, mesmo ele sendo da Administração, mas é bom que aprendeu muito. Volta ao tema. Cita o Ranking das Universidades da Folha de São Paulo. Um dos critérios era a visão da universidade por pessoas “importantes”. O que pensam sobre isso. Apenas para pensar.

SILVANA – Faz uma explanação geral sobre os temas e o modo como cada um deles comparece nas IFES como normativos a serem cumpridos. Avalia como Jeblin que isso é sinal de que estamos sendo “estimulados” a fazer pelos normativos. Isso é política e as diferentes consequências na utilização de diferentes metodologias apenas significa que temos diversidade e a universidade é complexa.

Começamos tarde, mas iremos longe. Os debates nasceram por que houve uma demora neste tipo de abordagem. Mas não há mais como parar e pensar em rede e nos ajudar é a única forma de sobrevivermos.

MOMENTO IV – DIA 13/09/2013 – 8:00H

Painel: “Plano de Logística Sustentável (PLS) da UFSC: uma proposta de construção da sustentabilidade.” Palestrante: Profa. Beatriz Augusto de Paiva - Pró-Reitora de Planejamento e Orçamento da UFSC.



A apresentação encontra-se disponível no portal do Forplad.

Observou que o dilema de combinar o produto com custo e economicidade é muito difícil, pois a escolha relacionada a questões ambientais resultam em custo elevado.

É importante gerar um edital que não resulte em compra ilegal e isso é um desafio.

É importante garantir acima de tudo a qualidade de vida no ambiente de trabalho, mas observar a economia de energia com ações que possam utilizar de forma eficiente as estruturas e o ambiente.

Citou que compraram muitos equipamentos e construíram muito e claro que isso levou a início de um colapso.

Muitas ações no MP, reclamações na mídia. Ações no sentido de reverter a situação de impacto ambiental da UFSC.

PLS chegou e já havia debate acumulado. Criaram uma estrutura organizacional. Criaram uma comissão enxuta (02 docentes especialistas + o prefeito do campus + proplan) que elaboraram o documento.

Fazer o documento é pouco (20%) em relação ao trabalho. O PLS trata do artigo 3} da Lei 8666 que se refere ao gasto com indução da sustentabilidade.

Foram 20 encontros, 7 membros, 5 colaboradores externos e 2 estagiários para atender a IN10/2012.

Foi importante definir a abrangência para elaborar as ações que o tema exige. Feito o diagnostico se fechou o PLS, assim é um documento aberto e vai chamar audiências publicas para debater.

Escolheram 6 temas que atendem a realidade da UFSC

- 1) Resíduos sólidos;
- 2) Compras e contratações sustentáveis (custo x economicidade)
- 3) Qualidade de vida
- 4) Eficiência energia
- 5) Agua e esgoto
- 6) Deslocamento e redução de gases

Um exemplo tratado foi a retirada da compostagem (origem RU) de dentro do campus. Criaram cor para cada um dos temas e ela está associada a uma ação. A produção de lixo é muito grande, principalmente dos restaurantes. A informalização de algumas ações – as empresas coletam papéis, vidros, etc., e comercializam informalmente. O problema maior é definir um destino adequado.

Além disso, os inventários são frágeis, pois dependem de pesquisadores (boa vontade). Produzem sustentabilidade, mas algumas diretrizes ainda estão descontroladas.

A Licitação de computadores atendia a questões ambientais e energia, mas encarecia o produto – comprar equipamentos com garantia e de empresas que garantem durabilidade.

Problemas: o PLS acarreta sempre mais contratação de serviços – mudança de paradigma requer investimento.

As ações gerarão projetos.

PERGUNTAS

ZÉ ROBERTO – UFLA – Cita que em Lavras há ações parecidas com iniciativas estabelecidas, como coletas de água de chuva. Abriram uma diretoria específica e adequaram esta captação a brigada de controle de incêndio. Programas de prevenção de zoonoses e coleta de materiais de restos de construções e outros. Não ficou claro se a UFSC possui uma estrutura semelhante e organizada.

VALDOMIRO – UFRRJ – Cita que na Rural do Rio estão trabalhando num plano diretor organizado. Como estão pensando em questão dos resíduos de materiais eletrônicos?

SILVANA – UFGD – Agradece pelo tema que é muito interessante. Este trabalho começou com a CGU no relatório de gestão 2010. Fazer um projeto deste valor implica em recursos adicionais. Na UFGD elaboramos diagnóstico de resíduos, política ambiental e criou-se setor para dar vazão a política. Junto com estes trabalhos foi pensada a criação de uma comissão interdisciplinar. Quem é que toca o setor de gestão ambiental na UFSC? Por que se cria os “planos”, mas não conseguem pessoas para trabalhar sem FG?

Sobre compras sustentáveis informa que teve acesso a um documento que também define sustentabilidade social. Isso implica em fazer convênios com empresas e ONG para aquisições locais, de grupos vulneráveis etc. Há algum trabalho nesse sentido no PLS da UFSC?

LIDIA – Como estão organizando as compras sustentáveis?

RESPOSTA

Cita que a experiência de Lavras é muito interessante. No caso da UFSC eles possuem apenas uma FG1 disponível para a ação. É um problema onde alocar uma coordenadoria. Criou a equipe com pessoal da pro-reitoria: um engenheiro sanitarista e ambiental. Um arquiteto. Uma administradora e uma professora que é quem toca sem FG.

Há uma série de problemas de resquícios de ações que não deram certo e que necessitam ser readequadas. Estão estruturando as coordenadorias de assuntos ambientais. Estão alinhando uma estrutura para enfrentar a dimensão das ações necessárias. Possuem uma empresa que coleta material químico e resíduos eletrônicos. Esta empresa infelizmente não faz o destino correto do material e isto está gerando problemas. A sucata é um problema sério, pois depende do patrimônio. A doação é um problema, pois sai material que ainda funciona e que não é sucata e isto acaba por ser considerado uso inadequado do recurso público. Sobre orçamento, espera um remanejamento de despesas com a redução do custo de energia. O desenvolvimento estratégico define o uso de empresas locais que poderão captar este recurso fixo produzido. Não possuem nenhuma empresa para este tipo de ação. Cita o problema na lavagem de carros dentro do campus. Eles tem direito à água, mas também coletam papel e vidro. É improvisado e ainda possui muita falha. A UFSC é uma pequena cidade. Sobre sustentabilidade social não avançaram ainda.

No das compras sustentáveis, gera-se a demanda de serviços para contratação. Cita o exemplo de cortinas que retém calor. Eles procuram produtos similares, mas que considera alguma ação que reduza impacto em energia e ambiente. Logicamente que não conseguem adquirir a totalidade de produtos. O objetivo é atender ao menos 50% de compras com este pensamento – a UFSC hoje atende cerca de 20% deste tipo de compras.

MOMENTO V – DIA 13/09/2013

Grupos de Trabalho (9h15 – 11h00)

Comissão de Planejamento e Avaliação

Comissão de Modelos

Comissão de Administração

Reuniram-se em GT para discussão e encaminhamentos da Reunião.

Após 40 minutos todos foram chamados a apresentarem os trabalhos e encaminhamentos a serem propostos.

Comissão de Modelos

Coordenadora Marize – UFMS

Apresentou o conjunto de trabalhos que foi realizado no período. O Relato da comissão de modelos estará no portal do FORPLAD.

- 1) Orçamento distribuição – negociação teve como base o pingifes de 2011 motivado pela inconsistência dos dados informados pelas IFES para 2012.*
- 2) Item de qualidade da graduação na matriz – os dados não vieram do INEP como se solicitou. Motivo pelo qual ficou a média/ifes/03 anos.*

- 3) *Negociação – dificuldades já apresentadas pela Coordenação Nacional. O secretário Paim demonstrou reconhecimento da legitimidade dos nossos argumentos: seja para a terceirização, seja para o crescimento das vagas, no entanto o fato é que as contas do MEC estavam com dificuldades de fechamento diante das demandas todas apresentadas. O valor final saiu de 2,305 bi (2013) para 2,6 bi (2014). A expectativa era que no mínimo tivéssemos 10% do sistema + 6,5% IPCA. Ou ainda.*

Para o Reuni, defendemos 18% referentes ao mínimo de terceirização que ampliação de vagas trouxe. O secretário afirmou que congelou. Até porque o entendimento do secretário é de que deveria vir para o Bolo e dividir. Debate a ser realizado e definido pela Andifes, quando acharem conveniente.

Investimentos: reuniões realizadas se limitaram ao que ficou na PLOA, com piso de 10 milhões para os menos eficientes.

A informação é que há um impacto de mais de 20 bilhões no MEC. Outros programas que acabaram por criar problemas de orçamento no MEC.

PNAES teve aumento de 23% que foi distribuído de modo diferenciado conforme adesão do SISU. Quem não teve SISU aumentou apenas pelo IPCA.

Foi apresentado estudo sobre o crescimento da terceirização. O número de matrículas cresceu apenas 10% enquanto a terceirizado cresceu mais de 20%;

Pendências ainda: Nota técnica não publicada, planilha de distribuição 2014 não informada pela SESU,

Lúcia (UFPR) apresentou o Estudo da terceirização realizado pela comissão e apresentados para o secretário Paim.

Foram consideradas as Despesas liquidadas e empenhadas – 2011, 2012 e 2013.

Atingimos uma abrangência de 80% das IFES.

Consolidou-se o levantamento da análise de 16 itens.

Os dados estarão no Portal.

Foi medida a evolução das despesas de 2009 a 2013 – 22,6%, sendo que destes 67,3% foram com a terceirizada. Trabalham com a expansão 2010 a 2011 de 18,2%, 900 milhões frente aos 600 milhões anteriores.

É necessário aprimorar peso de grupos. Há um impacto muito grande de outros programas e que certamente diminuirá consideravelmente o recurso disponível ao MEC.

É interessante fazer um estudo e levar a preocupação para as esferas superiores – Andifes.

Crescimento elevado, mas carimbados e não há autonomia para a ordenação, como o PNAES, PROEX, PROLIND dificultam a gestão internamente.

Tarefa da Comissão: Trabalhar no sentido de avançar para a globalização do orçamento e criar histórico superando as “colunas” que se avolumam nos PLOA.

Encaminhamento para Comissão de Modelos

- 1) Encaminhamento sugerido: Levar debate sobre a globalização do orçamento (Comissão Mod)**
- 2) Promover estudos sobre a participação das IFES para atingimento dos 33% de aumento de formados em nível superior do PDE. (Comissão Mod)**

3) Provocar ANDIFES SOBRE: Nota técnica não publicada e planilha de distribuição 2014 não informada pela SESU. (Comissão Mod)

Comissão de Administração
Coordenação João Batista (UFRN)

Debateram a necessidade de Monitoramento de ações como situação ambiental e EAD. No caso da situação ambiental foi apresentado o formulário disponível.

A proposta é que se poderia trabalhar com o prazo de 18/10.

Silvana solicitou se teria como trabalhar com um prazo mais curto para apresentação dos resultados dos trabalhos sobretudo para subsidiar a Andifes. Sugeriu a data de 30 de setembro para encaminhar para as regionais.

Eldilberto (UFPI) cita a questão da medida provisória que virará lei (redação final) e que alteraria profundamente a relação com as fundações. Lúcia (UFPR) cita que fizeram uma análise e o impacto é muito pequeno. Há muitas pequenas vantagens. Ela não impede e sim amplia algumas ações. O Regime direto de contratação ainda será avaliado em regulação específica.

Rosária (UFMA) cita a questão da portaria 794 de 23 de agosto de 2013/MEC DOU 26/08/2013 que em análise encerra com o PINGifes. Maria do Carmo(PI) leu a portaria e identifica que o Senso fará detalhamentos das estruturas e será preenchido por semestre e as verificações continuarão “in loco”. Deixaria então de ter duas coletas – coleta mais detalhamento de infra-estrutura. A questão que ficou: o pingifes acabou?

Tarefa da Comissão

- 1) Ficou aprovado que os **coordenadores das Regionais recebem e sistematizam as informações regionais** para encaminhamento para a **Comissão de Administração fechar o estudo final** para encaminhar para a Andifes por meio da coordenação nacional. **(Comissao AD)**
- 2) Ainda como tarefa tirou compromisso com retomada dos cursos formativos e treinamentos. **(Comissao AD)**
- 3) Formulação e consolidação de informação sobre coleta de preços. **(Comissao AD)**
- 4) Situação de insalubridade nas ifes. **(Comissao AD)**
- 5) **Proposta para Painel no próximo Forplad: Discutir importação (UFPA; Nifesp; UFCE; UFPR (UFMS?))**

Comissão de Planejamento e Avaliação
Coordenadora Neyla, apresentou o resultado dos trabalhos.

Apresentaram como proposição a participação do representante do CGPI, que compõe a Comissão, com assento no “Seminário 10 anos do SINAES” pelo Forplad. Houve a sugestão de nome da profª Maria do Carmo (UFMG). O locus de contato é o CONAES.

Tarefas da Comissão

- 1) **Participação no Seminário SINAES: contato, informações sobre datas para que a coordenação nacional faça contato. (Comissão PA)**
- 2) **Ver possibilidade de ir também a coordenadora da Comissão ou outro pró-reitor da Comissão de avaliação e planejamento. (coord. Nacional)**
- 3) **Dar vazão ao GT de indicadores no Forplad para debater com o TCU. (Comissão PA)**
- 4) **Reforçaram a necessidade de atender o preenchimento do questionário de EAD para diagnóstico a ser elaborado pela comissão. Neyla faz uma comunicação por mail lembrando a demanda. O prazo seria 30 de setembro. Silvana alerta que está em decreto para proposição de orçamento. (Comissão PA)**
- 5) **Organizar grupo para levantar estruturas de planejamento em todas as Ifes e diagnóstico da estrutura mínima necessária. Debater e cobrar da SPO o papel do "P" da secretaria (Comissão PA)**
- 6) **Proposta para o próximo Forplad: Painel sobre acessibilidade e sustentabilidade. (Raquel UFPA; Marco (UFSCAR); Lisiane (UFOP). Justificativa esta relacionada a dificuldades de cumprimento de legislação e investimento necessário. Alternativas e experiências.**

Encaminhamentos pela Coordenação Nacional:

- 1) **Insalubridade. Levar discussão para Andifes. Laudos x condições de trabalho (apoio de estudos da Comissão AD))**
- 2) **Tema apresentado sobre a 794 de 23 de agosto de 2013/MEC DOU 26/08/2013, pela Rosaria, da UFMA. Provocar a Andifes e a SESU.**

Por fim, às 12Hs, a Coordenadora Silvana, deu por finalizado os trabalhos. Convidou Rosária e Neyla para realizar o encerramento e presentear os membros da organização local.

